

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Líder Airton Soares e consulto S. Ex^a se falará por vinte minutos ou por cinco minutos.

O SR. AIRTON SOARES — Sr. Presidente, falarei menos de vinte minutos.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Por vinte minutos, tem a palavra V. Ex^a

O SR. AIRTON SOARES (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, antes que V. Ex^a me conceda a palavra, eu formularia a V. Ex^a uma questão de ordem propriamente dita, inclusive, uma questão de ordem ligada ao art. 159 da Constituição, que diz respeito ao Conselho Constitucional. Indago de V. Ex^a, Presidente, se V. Ex^a foi, porventura, convocado a participar de qualquer reunião, com base no art. 159 da Constituição, ou seja, se V. Ex^a foi consultado para que o Presidente da República pudesse decidir sobre o estado de emergência para toda a Nação. É a questão que formulei a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Não. Até o presente momento — são 22:05 horas — não recebi convite algum para comparecer a qualquer Conselho ou para qualquer visita ao Sr. Presidente da República. Continue. Está V. Ex^a com a palavra.

O SR. AIRTON SOARES — Sr. Presidente, agradeço a deferência a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — No decorrer da sessão, se for convidado, darei ciência disso ao plenário.

O SR. AIRTON SOARES — Agradeço a gentileza a V. Ex^a Sr. Presidente, esta Casa está impregnada de informações no sentido de que estaríamos vivendo à beira, já, de um estado de emergência, qual seja, a ampliação das medidas que vigoram em Brasília e em algumas cidades de Goiás. E, se V. Ex^a não participou de decisão alguma até agora, acredito que, por enquanto, não temos o decreto do estado de emergência assinado. Também, Sr. Presidente, resta saber sobre uma outra questão: o limite de resistência de todos nós. Ora, Sr. Presidente, estamos sendo submetidos a toda sorte de provocações. Impediram-nos de falar pelo telefone; impediram o acesso de nossos convidados até esta Casa. Tudo isso, Sr. Presidente, cria uma condição de exasperação, até. Ante esse quadro, nossa preocupação é com nossos companheiros e companheiras, com nossos convidados que aqui vieram, porque não queremos servir de pretexto para nenhum tipo de medida excepcional. Já não fomos os autores do requerimento das medidas de emergência, como procuraram atribuir-nos. Adotaram medidas contra o Congresso para protegê-lo. Veja V. Ex^a o paradoxo: medidas para proteger o Congresso, que, na verdade, são contra o funcionamento do Poder, porque nos deixam, à luz da opinião pública nacional e internacional, como se estivéssemos decidindo sob uma verdadeira espada de Dâmocles em nossa cabeça. Se V. Ex^a não esteve no Conselho Constitucional, nada impede que já tenham decidido sobre estado de sítio ou outras medidas quaisquer. É esse o clima que tem de ser registrado, para que se apure o resultado desta sessão no verdadeiro clima em que ela se deu. Tem liberdade os Deputados do PDS que vão votar aqui? Tem liberdade plena, Sr. Presidente? Tem liberdade plena os Deputados da Oposição para firmar o seu voto? Estamos desafiando a ira dos senhores que detêm o poder pela força. Nós, da Oposição, e os valentes companheiros do PDS, que estão desafiando mais do que nós, pois somos da Oposição, e eles, do partido do Governo. Nosso registro é nossa homenagem a esses denodados companheiros, que têm muito mais a perder do que qualquer um de nós, por estarem, nesta noite, a nos dar seu apoio e seu voto. Mas, Sr. Presidente, não estamos sós. Há toda essa imprensa com telefone censura-

do pelo DENTEL, sujeita a todo tipo de censura possível e imaginável, mas que está aqui trabalhando como quem acredita que estamos superando a última fase do arbítrio. É esta a realidade do momento. Estamos superando a última fase do arbítrio, Sr. Presidente, que sofremos todos nós. Então, a nossa homenagem, do Partido dos Trabalhadores, ao denodo desses jornalistas, que estão procurando, de toda a forma, fazer com que esta sessão seja pública. Ora, onde estamos? Estamos tentando fazer uma sessão pública! Este Congresso tem como premissa de funcionamento a publicidade dos seus atos e, no entanto, estamos funcionando cerceados no que diz respeito à publicidade de nossos atos, que estão à mercê da censura. Sei que V. Ex^a nada pode fazer, porque são disposições que transcendem ao poder de V. Ex^a como Presidente desta Casa. Mas, Sr. Presidente, quando vemos justificativas do PDS de que as emergências foram adotadas em função de um movimento de mulheres, — de mulheres! — ficamos a questionar: Será que essas Forças Armadas são as que foram à Itália? Ou é uma minoria que não foi, que não iria por covardia, que está tomando essas medidas? Não posso imaginar, Sr. Presidente, que tenha saído de qualquer tipo de Exército civilizado, democrático e constitucional, o General Newton Cruz. Ele é uma figura que transcende o Exército brasileiro para pairar na contemplação dos antigos centuriões de Roma, porque anda passando pelas ruas de batuta na mão para que o povo pare de buzinar, porque as buzinas são a arma do povo de Brasília para mostrar que não concordam com o que está acontecendo. Então, o Governo que é pressionado pelas mulheres, pelas buzinas, e reage desta forma com tropas cercando o Congresso, imagine se podemos concordar que estamos vivendo momentos de tranquilidade.

Mas, Sr. Presidente, gostaríamos de que a tônica de todas as atividades fosse do pessoal do Batalhão de Fronteira, do pessoal de Engenharia da Selva, do Correio Aéreo Nacional, da Guarda Costeira, dos antigos da FEB, por que este, sim, é o Exército brasileiro, estas são as Forças Armadas. Não estes que estão aí. Portanto, Sr. Presidente, fique bem clara essa nossa posição de quem respeita aquilo que pode ser respeitado, e respeitamos a tradição das Forças Armadas brasileiras porque elas se revelam por esses fatos históricos.

Mas, Sr. Presidente, teríamos de responder ao PDS? Responder ao discurso do Senador Aloysio Chaves? Não, Sr. Presidente. O povo já respondeu. O Senador é que não ouviu. O Senador e os Deputados recalcitrantes é que não ouviram, porque o povo já respondeu a toda a argumentação de transição em 1988. Diz o povo: não queremos que a transição se dê em 1988, porque não podemos imaginar o Governo chefiado por um Maluf ou por um Andreazza. Ora, companheiros, é isto imaginação? Não. Esta é a constatação a permitir um Colégio Eleitoral espúrio. Temos no partido do Governo majoritário prevalência de votos em favor de um Maluf ou de um Andreazza. Sr. Presidente, a Nação não admite, a Nação se indigna, a Nação reage. E a reação é dos justos.

Então, Sr. Presidente, não podemos concordar com essa situação desses encastelados no Poder, que não o querem deixar.

E vejam uma curiosidade. Não é minha frase. A frase é de um daqueles que não querem deixar o poder, é do Ministro Délio Jardim de Matos, que ainda há poucos dias, em nota, que existe no País, um, de um lado, e os que estão do lado dele que não querem deixar o poder, e estão lá. E por que querem ficar lá? Porque a vida do poder é boa para eles. É muito boa. Vivem como querem, prestigiam quem quer em, até um Jorge Gazele. Jorge Gazele, que não preciso qualificar, porque, provavelmente, os órgãos policiais já têm a qualificação, é um privilegiado da República.

Sr. Presidente, vamos admitir que a promessa que Delfin Netto fez de que em três anos resolveria a situação econômico-social do País, com as medidas que adotou, de submissão ao Fundo Monetário Internacional, de política totalmente alheia aos interesses dos trabalhadores, vá ser uma promessa que possa ser acreditada por alguém desta República. Mas é acreditada por esses homens que estão no poder.

Sr. Presidente, nesta votação vamos ter duas oportunidades. Na Câmara, estamos a esperar um resultado positivo, mas encontraremos, talvez no Senado, uma dificuldade maior. Mas pergunto: a luta das oposições termina nesta votação? O povo brasileiro acha que esta votação vai responder aos seus anseios? Acha, se a votação der, como resultado, o que ele quer. Mas, se não der, se o voto desta Casa não corresponder ao que milhões de brasileiros querem, como é que fica a situação deste País?

Sr. Presidente, estamos numa fase muito difícil. O tempo está contra nós, mas o povo está a nosso favor, porque 100 milhões de pessoas desejam que se mude, neste País, o que está aí já superado. Supondo mais de 100 a 120 milhões de pessoas desejam o fim deste Governo militar. A nós aos Congressistas coerentes de todos os partidos só resta acompanhar a vontade do povo e decretar, aqui, hoje, o fim deste ciclo de militares que se revezam para termos um Governo democrático e popular.

Sr. Presidente, encerro as minhas palavras no intuito de requerer de V. Ex^a que o processo de votação seja garantido de todos as segurancas não para nós, mas de todas as segurancas contra eventuais provocações que se façam contra os nossos convidados. Não sei como poderemos proteger os nossos convidados, mas é de nossa responsabilidade. Os Deputados estão dispostos a fazer a proteção, se necessário for, dos seus convidados. Não podemos deixar que haja qualquer tipo de lesão a qualquer direito de participar que aqui se verifique. Desta forma, Sr. Presidente, o resultado desta sessão já não importa. Já não importa porque o povo, Sr. Presidente, já tomou a decisão por nós. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Líder Nelson Marchezan. Consulto se S. Ex^a falará por 5 ou 20 minutos.

O SR. NELSON MARCHEZAN (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é preciso declarar, desde logo, que o Congresso Nacional decidirá livremente esta noite. Ao contrário do que se insinuou da tribuna, parece notório e claro que os integrantes deste Poder não se sentem coagidos na decisão que irão tomar. E ela, sem dúvida alguma há de deixar na História deste País um marco importante. Mas há algumas contradições que eu gostaria desde logo de acentuar. O PDS tão massacrado nas praças públicas, tão vilipendiado injustamente, mereceu, hoje, aqui, o carinho sem jeito, o afago de quem não é acostumado a afagar, de alguns segmentos da Oposição. Certamente isto não passou despercebido como apenas uma atitude oportunista e interesseira daqueles que nunca viram no nosso partido aqueles valores humanos que o integram e a que a posição histórica que nos orgulha (Palmas, manifestação das galerias).

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — As galerias não podem manifestar-se. As galerias não vão manifestar-se.

O SR. NELSON MARCHEZAN Veja, Sr. Presidente, que falo do meu partido, falo desse partido que foi o autor da derrogação do AI-5, falo desse partido que viabilizou a anistia neste País, mais ampla, mais poderosa, mais abrangente, mais confraternizadora do

que o próprio projeto das Oposições. Se não fosse o projeto do Governo do Presidente figureiredo, certamente a família brasileira não estaria conciliada, certamente muitos brasileiros que hoje honram esta Casa em postos executivos nos Estados não estariam no Brasil. É este partido, o PDS, que está hoje aqui votando, é este partido que, ao longo do tempo, apesar da crítica, tem sido o sustentáculo, o meio e a viabilização da própria democracia no Brasil. (Palmas.) Mas não é só o nosso partido. São as Forças Armadas e o próprio Colégio Eleitoral, integrado por eles mesmos, e que é espúrio. Caberia a pergunta, Sr. Presidente; se esta emenda cair hoje, eles não vão participar do Colégio Eleitoral? Eles já têm até candidato, eles já têm até esquema,...

O Sr. Eduardo Galil — Já querem negociar.

O SR. NELSON MARCHEZAN — Eles já querem até negociar, conforme diz meu apanteante.

Sr. Presidente — e aqui cabe uma pequena reflexão — aquilo que hoje é espúrio para um lado, amanhã, dependendo do resultado já não será mais, porque a conveniência pessoal e o interesse podem entrar em jogo. Esta é uma verdade irrefutável que quero que fique registrada nos Anais desta Casa. Não importa o resultado. O que importa é essa verdade, e não temos nenhuma razão para não proclamá-la gostem ou não gostem algumas pessoas que nos escutam.

Afinal, Sr. Presidente, não se foi visitar a Argentina para buscar naquele País inspiração democrática para o Brasil. E que tem acontecido na Argentina? Vimos uma eleição direta feita às pressas, sem precauções, caindo uma ditadura que levou a desgraça a dezenas de milhares de pessoas naquele País, e vimos uma outra eleição, implantada num clima de emoção, ter as dificuldades que não gostaríamos que enfrentasse, porque queremos que Alfonsín faça um grande e vitorioso governo naquele País. Nossa posição, Sr. Presidente, é favorável à eleição direta, mas porque não negamos nossa História — pelo contrário, a conhecemos — queremos implantá-la já, aqui, permanentemente, sem sobresaltos, sem obstáculos, sem risco de retrocessos. É isto que quer nosso partido, o PDS, e por isso nos debatemos: pelo diálogo, pelo entendimento e pela conciliação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não são aqueles que chegam diante do altar e dizem: "Senhor, Senhor!", como aqueles que proclamam eleições diretas já e já, os que mais trabalham pelas eleições diretas, os que mais trabalham pela felicidade do povo. Muitas vezes, os que ficam, como diz a Bíblia, no fundo da igreja, confessando seus pecados, reconhecendo seus erros (palmas), mas prontos a trabalhar, são os que mais fazem pela democracia.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, nesta noite de decisões históricas para o nosso País, quero que fique nos Anais do Congresso Nacional o compromisso do nosso partido com o diálogo, com o entendimento, porque este só pode ser o caminho da salvação nacional. Só a concórdia que prega o Presidente Figureiredo, só o entendimento que vejo nas páginas dos jornais, defendido e expressado também por líderes invulgares e brilhantes da Oposição, só esse entendimento nos poderá levar à construção da Pátria e das eleições diretas permanentes. Sim, porque queremos o entendimento já, imediato, e as eleições diretas e permanentes, inarredáveis do Brasil. Queremos criar conciliação e a solução. Queremos o compromisso, e com essa intenção nossa bancada votará esta noite, certa de que cumpre seu compromisso para com o País, certa de que não falta com a História, certa de que poderá olhar para trás e enfrentar a praça pública, porque, nascidos do voto e das urnas, não temos medo de dialogar com o povo. Dele somos representantes e temos a coragem de assumir essa posição, porque

sabemos que é a que consulta mais os interesses do povo. Queremos convidar — como convidou o Presidente da República na sua Mensagem — as Oposições e o nosso partido para o diálogo e para o entendimento. Não somente ontem, não somente hoje, mas logo após a votação, amanhã e sempre, a posição do Presidente da República é de mão estendida para o entendimento e para o diálogo, em torno do projeto do Governo, mais amplo, mais profundo e mais significativo.

Haveremos de fazer o entendimento nacional que o País reclama, porque todo o País, Sr. Presidente, reclama a democracia, a tranquilidade, a paz e o entendimento. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Srs. Congressistas, antes de passarmos ao processo de votação, a Presidência vai suspender a sessão, a fim de que seja cumprido o disposto no art. 26 do Regimento Comum e no art. 205 do Regimento Interno do Senado Federal. Podem permanecer neste plenário apenas os Parlamentares, os ex-Parlamentares, os jornalistas credenciados e os funcionários em serviço no recinto. (Pausa.)

Esclareço que as galerias podem ficar como se acham. E quero felicitar-los, porque são brasileiros que aqui vieram, esta tarde, prestigiar o Congresso Nacional. (Muito bem! Palmas prolongadas.)

O Sr. Israel Dias-Novaes — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Tem a V. Exª a palavra pela ordem.

O SR. ISRAEL DIAS-NOVAES (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero relatar um episódio a V. Exª e, ao mesmo tempo, pedir suas providências. V. Exª sabe que o Deputado Pedro Colín se submeteu, no sábado último, a uma grave operação cirúrgica, em São Paulo: apendicite supurada. S. Exª que é um dos pró-homens do PDS nesta Casa, decidiu vir, de qualquer maneira, a Brasília, hoje, para votar de acordo com sua consciência, isto é, pelas eleições diretas já. Mas, Sr. Presidente, houve dificuldades para que este ilustre Parlamentar, Presidente eleito da Comissão de Relações Exteriores, pudesse deixar o Hospital Albert Einstein, em São Paulo, e demandar Brasília. Para que isto se fizesse possível, amigos seus assinaram um termo de responsabilidade perante o hospital, e com isso foi ele liberado, acompanhado de dois médicos do hospital e de enfermeiros, pois fez uma viagem penosa. Encontra-se, neste momento, no Departamento Médico da Câmara. Estou pedindo a V. Exª que, na hora em que o Deputado Pedro Colín encontrar condições para adentrar este recinto e exercer o seu direito de voto, V. Exª lhe conceda imediatamente, porque ele tem de voltar amanhã para São Paulo e de novo se hospitalizar.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Mesa deferiu o pedido de V. Exª solicitado aos que estão nesta lista que deixem o plenário.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Vou fazer um apelo veemente — eis que esta sessão é uma sessão histórica, tão bonita aos meus colegas, aos Srs. Senadores, àqueles que foram meus colegas, quando Deputado Federal, e aos novos Deputados novos que honram esta Casa, no sentido de que nos ajudem a manter a ordem, pedindo aos seus conhecidos que estão aqui presentes e que não fazem parte da relação que aguardem o resultado da votação no salão verde.

É o apelo veemente que faço a todos os Senhores, para a boa norma deste trabalho.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 22 horas e 40 minutos a sessão é reaberta às 22 horas e 45 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está reaberta a sessão.

O art. 177 do Regimento da Câmara dos Deputados, item VII, § 5º, diz o seguinte:

"Quando o sistema eletrônico não estiver em condições de funcionar, a votação nominal será feita pela chamada dos Deputados, alternadamente, do Norte para o Sul e vice-versa, cujos nomes serão anunciados, em voz alta, por um dos secretários, os quais, levantando-se de suas respectivas cadeiras, responderão sim ou não, conforme aprovem ou rejeitem a matéria em votação; em caso de abstenção, tais votos serão anunciados pelo Secretário."

Recebo agora, mercê de Deus — agradeço — uma sugestão maravilhosa do nobre Senador Itamar Franco, que sempre cooperou conosco no Senado e na Câmara. Ele me fez a seguinte sugestão: que este corredor fique completamente vago e, à proporção que for anunciado o Estado, os Srs. Deputados virão ao microfone e darão o seu voto.

O Sr. Brandão Monteiro — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) Concedo a palavra a V. Exª para uma questão de ordem.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, encaminho à Mesa solicitação idêntica à feita pelo ilustre Deputado Israel Dias-Novaes.

O ilustre Deputado JG de Araújo Jorge recentemente teve de submeter-se a uma operação cirúrgica bastante difícil e, logo após, em período de recuperação, foi acometido de hepatite. Há pouco, exatamente para irmos ao encontro do desejo do ilustre Deputado, mandamos buscá-lo em sua casa, e ele está aqui presente, em condições físicas precárias. Rogamos a V. Exª que, logo que se iniciá a votação, ele seja chamado para votar imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Mesa deferiu o pedido de V. Exª.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Sr. Presidente, em segundo lugar, gostaríamos que a Mesa nos informasse se recebeu comunicação no sentido de que as emissoras de televisão teriam obtido a liminar num mandado de segurança para transmitir ao vivo esta sessão. Seria importante que tomássemos conhecimento desse fato.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Até o presente momento, não. A não ser que tenha chegado ao meu gabinete. Mas minha assessoria não me trouxe nenhuma correspondência nesse sentido.

O Sr. Gilson de Barros — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra a V. Exª para uma questão de ordem.

O SR. GILSON DE BARROS (PMDB — MT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, um dos mais atuantes companheiros da bancada do Mato Grosso, o nobre Deputado Milton Figureiredo, está hospitalizado, com enfarte do miocárdio, conforme é do conhecimento da Casa. Também requeremos uma deferência especial para que o nobre Deputado mato-grossense Milton Figureiredo possa proferir o seu voto ao dar entrada no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A mesa deferiu o requerimento de V. Exª